

Diretrizes curriculares nacionais para o ensino de graduação em odontologia: uma análise dos artigos publicados na revista da ABENO, 2002-2006

National curricular guidelines for the teaching of dentistry at the undergraduate level: analysis of papers published in ABENO, 2002-2006

Maria Inês Barreiros Senna¹, Maria de Lourdes Rocha de Lima²

RESUMO

Trata-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa cujo objetivo foi contribuir com o debate sobre as reformas curriculares para os cursos de Odontologia, particularmente sobre o processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais. Foram analisados os 15 artigos publicados sobre as DCN, no período de 2002 a 2006, na Revista da Associação Brasileira de Ensino Odontológico. Os artigos selecionados foram lidos e classificados em categorias, a partir de sua abordagem da temática, no sentido de identificar a posição dos autores. Verificou-se que artigos publicados pelo Ministério da Saúde e ABENO têm uma posição bastante favorável e otimista do potencial transformador das DCN na formação dos profissionais de saúde, já os artigos acadêmicos apontam para a necessidade de ressignificação do papel da universidade e do ensino de graduação na formação de profissionais de saúde e não apenas de reformas curriculares.

Descritores: Educação superior. Currículo. Odontologia

INTRODUÇÃO

Uma dimensão importante das políticas educacionais para o Ensino Superior, na última década no Brasil, foi a articulação da política de expansão do atendimento à demanda pelo ensino superior com a adoção de um sistema de avaliação e as propostas de flexibilização curricular dos cursos de graduação. Para Martins¹ a repercussão dos resultados do Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como “Provão” foi utilizada nesse sentido, ou seja, para

“reforçar as demais políticas de avaliação e de expansão do ensino superior, bem como garantir argumentos para a necessidade de uma reformulação dos currículos considerados defasados e incapazes de responder às novas demandas por formação superior”

O processo de discussão sobre as mudanças dos currículos mínimos dos cursos de graduação foi

iniciado em dezembro de 1997 pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC¹. Porém, a questão dos currículos de graduação se torna um tema importante, a partir de 1995². Os autores apontam como elementos que desencadearam esse movimento:

“As competências do recém-criado Conselho Nacional de Educação (CNE), para deliberar sobre as Diretrizes Curriculares (DC) propostas pelo MEC; a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), que com a permissão de eliminação dos currículos mínimos cria a necessidade de DC; intensificação de discussões internacionais e nacionais sobre perfis profissionais face às mudanças no mundo do trabalho; o processo desencadeado pela SESu/MEC, em 1997, com a abertura de edital para envio de propostas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), para elaboração das DC;

¹Departamento de Clínica, Patologia e Cirurgia, Faculdade de Odontologia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

²Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

Contato: senna@odonto.ufmg.br

definição pela SESu de “Padrões de Qualidade para os Cursos de Graduação”; definição de critérios para a formação e de comissões e de procedimentos de avaliação e verificação dos cursos superiores e também o posicionamento favorável do Fórum de Pró-Reitores de Graduação em prol das DC gerais e o fortalecimento dos projetos pedagógicos institucionais e dos cursos de graduação”.

Cabe ressaltar, ainda, com relação às DCN para os cursos de graduação em Odontologia, que as competências e habilidades gerais e específicas que se encontram em vigência desde 2002³.

“...sugestões da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Grupo de Estudos sobre Ensino de Odontologia do Núcleo de Pesquisa em Educação Superior (NUPES/USP), da ABENO e da Comissão de Especialistas da SESu/MEC.”

Em síntese, o processo de construção das DCN foi marcado por uma ampla participação de distintos sujeitos sociais e uma complexa disputa de interesses no campo da educação superior. Neste sentido, concordamos com Silveira⁴, pois para esse autor,

“...a forma das diretrizes que temos hoje não é fruto da decisão isolada e atemporal de um ‘governo’ que decidiu, de forma autoritária, o que é melhor para o ensino de uma nação. Na realidade, trata-se de processo histórico, fruto de diferentes momentos e espaços político-ideológicos, porque se constitui a partir de um marco conceitual determinado por relações externas e de âmbito social, incluindo a ideologia profissional, influências internacionais, relações dos profissionais de saúde na sociedade e a estrutura e o contexto sócio-econômico em determinado momento e contexto histórico”.

Desse modo, podemos afirmar que o processo de flexibilização curricular passa a ser entendido como uma estratégia de mudança no modelo vigente de formação de cirurgiões-dentistas, quer pela sua inadequação frente tanto aos interesses do mercado e às mudanças exigidas pelo processo de trabalho em saúde, como aos interesses e necessidades sociais da grande maioria da população brasileira.

Neste contexto, o objetivo desse estudo foi contribuir com o debate sobre as reformas curriculares para os cursos de Odontologia, buscando identificar as tendências das análises, as críticas, e as questões mais relevantes apontadas pelos autores/

pesquisadores sobre o processo de implementação das DCN.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa. A primeira etapa da pesquisa consistiu na seleção dos periódicos a serem analisados. Por causa da temática escolhida, optou-se por investigar os artigos publicados na Revista da ABENO, por vários motivos: primeiro, a ABENO é um espaço de discussão e articulação política e técnica sobre o ensino odontológico, desde o final da década de 50; segundo, juntamente com outras entidades participou do processo de discussão das DCN³, e por último, a Revista da ABENO é um espaço estratégico para a veiculação da temática, a partir de diferentes reflexões e também porque está disponível em base de dados virtual.

Análise Descritiva sobre a Revista da ABENO

A Revista da ABENO está disponível em base de dados virtual a partir do ano de 2001 e, até 2004, era uma publicação anual. A partir de 2005, tornou-se semestral. Assim, até o presente estão disponíveis seis volumes e oito números. O periódico se estrutura em várias sessões, as mais recorrentes são: editorial, sessão de artigos, publicação de documentos e a legislação sobre ensino, e também publicação dos anais das reuniões anuais da ABENO.

Na etapa seguinte, artigos que tratavam das DCN foram buscados. Os indexadores usados para a pesquisa dos artigos foram: “Educação em Odontologia e Diretrizes Curriculares Nacionais”. Foram analisados os artigos publicados a partir de 2002, pois a publicação das DCN ocorreu em fins de 2001.

Os resultados do levantamento preliminar estão apresentados no Quadro 1. Verifica-se que cerca de 49% dos artigos publicados no período de estudo foram selecionados. Este achado pode estar relacionado ao uso de um indicador muito abrangente, como “Educação em Odontologia”.

Quadro 1 - Distribuição de frequência dos artigos publicados e dos artigos selecionados da Revista ABENO, 2002-2006.

ARTIGOS	n	%
Publicados	77	100
Selecionados	38	49,3

Deste modo, para uma nova etapa de análise, foram lidos os resumos de todos os

artigos e escolhidos os artigos relacionados à temática em estudo: as Diretrizes Curriculares Nacionais. A leitura dos resumos propiciou um melhor recorte e possibilitou a eliminação de 23 dos artigos previamente selecionados. Para os

outros 15 artigos que foram estudados foi elaborado um quadro-resumo contendo as seguintes informações: ano/período de publicação, número do periódico, título, autores (Quadro 2).

Quadro 2 - Artigos selecionados sobre DCN a partir da leitura de resumos da Revista da ABENO, 2002-2006

ANO	Nº	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES
2002	2	“Análise sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Odontologia”	ABENO
2002	2	“Diretrizes da ABENO para a definição do estágio supervisionado nos cursos de Odontologia”	ABENO
2003	3	A Estrutura curricular dos Cursos de Odontologia no Brasil	Paula LM e Bezerra AC
2003	3	Educação dos profissionais de Saúde hoje - problemas, desafios perspectivas e as propostas do Ministério da Saúde	Feuerwerker LC
2003	3	Estágio supervisionado - papel da coordenação e do corpo docente na aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais	Uriarte Neto M.
2003	3	Humanizando a educação em Odontologia	Moisés ST, Moisés SJ, Krigerl e Schimitt EJ
2004	4	Planejamento do curso de graduação de Odontologia	Perri de Carvalho AC
2004	4	Diretrizes curriculares e projetos pedagógicos: é tempo de ação	Feuerwerker LC e Almeida M.
2004	4	Mudanças nos cursos de Odontologia e a interação com o SUS	Morita MC e Kriger L
2004	4	Políticas de saúde e formação de recursos humanos em Odontologia	Moisés, SJ
2005	5(1)	A implantação das Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em odontologia no Brasil: algumas reflexões	Lemos CL
2006	6(1)	O papel das universidades na formação de profissionais na área de saúde	Garbin CA, Saliba NA, Moimaz SA e Santos KT
2006	6(1)	Contribuição do estágio supervisionado da UFPI para formação humanística, social e integrada	Mendes RF, Moura MS, Prado Jr. RR, Moura LF, Lages GP e Gonçalves MP
2006	6(1)	Saúde Coletiva nas estruturas curriculares dos cursos de Odontologia do Brasil	Rodrigues RP, Saliba NA e Moimaz SAS
2006	6(2)	Odontologia e Letras: avaliação de um estágio supervisionado interdisciplinar internacional da UFPB	Massoni AC, Sampaio FC, Rodrigues FA e Van Amerongen E

Os artigos foram lidos e classificados em categorias, a partir de sua abordagem da temática (DCN) e essa leitura visou identificar a posição dos autores sobre as questões apresentadas. As categorias criadas foram:

- O discurso do Ministério da Saúde-MS- (2 artigos);
- Recomendações oficiais da ABENO (3 artigos);
- Análises acadêmicas das políticas de saúde e de educação superior (3

artigos);

- Organização curricular dos cursos de Odontologia (2 artigos);
- Estágios Supervisionados (5 artigos).

Com o objetivo de aprofundar a discussão sobre as DCN foram estudados os artigos classificados nas primeiras três categorias listadas acima, pois, apresentavam e discutiam o processo de implementação das DCN de forma mais abrangente, e também porque traziam a marca de sujeitos sociais importantes nesse processo, tais como

a ABENO e o MS. Nas outras duas categorias, os artigos tratavam de questões mais específicas das DCN: a atual organização curricular dos cursos de Odontologia no Brasil e relatos de experiências de implementação dos Estágios Supervisionados, uma das inovações propostas para os cursos de graduação na área da saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O discurso do Ministério da Saúde

O discurso do MS sobre a implementação das DCN está apresentado em dois artigos da Revista da ABENO, cuja autora, na ocasião da publicação dos mesmos, ocupava cargo de coordenação na Secretaria de Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde (SGETES/MS). O artigo de Feuerwerker & Almeida⁵ é um debate a partir do artigo sobre as DCN publicado na Revista Brasileira de Enfermagem, em 2003. Neste artigo, os autores expuseram sua opinião favorável ao modo como as DCN foram construídas. Consideraram que as DCN se constituíram uma conquista dos grupos historicamente ligados aos movimentos de mudança na educação superior para a área da saúde,

“...ou seja, se de maneira genérica a orientação das políticas educacionais no Brasil nos últimos anos esteve sintonizada com as definições dos organismos internacionais no caso das Diretrizes Curriculares houve uma efetiva modulação que as aproximasse das orientações do sistema público de saúde.”

Os autores também contestaram o argumento de que as “Diretrizes curriculares expressam uma orientação geral, algumas vezes genérica, justamente porque não pretendem ser a expressão de um Currículo Nacional”⁵. Porque no seu entendimento,

“as orientações das Diretrizes estimulam as escolas a superar as concepções conservadoras, a rigidez, o conteudismo e as prescrições existentes nos currículos Mínimos, mas não definem um caminho único”.

Porém, os autores não fizeram uma análise problematizadora dessa questão, pois, concordando com Catani *et al.*²,

“As Diretrizes Curriculares, a despeito de indicar, por um lado, processos de autonomização na composição curricular, podem, por outro, ser

compreendidas como mecanismos de ajuste e aligeiramento da formação.”

Os autores mostraram certa convergência com o ideário que reforma o ensino superior brasileiro “*que tem a flexibilidade e avaliação como eixos articuladores da reconfiguração deste nível de ensino*”², pois ao argumentar que se de um lado, as DCN não indicam os caminhos para se realizar as transformações necessárias no ensino de graduação da área da saúde, por outro lado, “*a avaliação cumprirá papel fundamental no processo de orientação das mudanças*”⁵.

Feuerwerker⁶ nos remete para o entendimento de que a necessidade de reorientação/ inovação da formação profissional proposta pela autora está inserido no movimento de superação das crises de hegemonia e institucional que atingem a universidade pública⁷. Para o referido autor, a crise de hegemonia é resultante das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe foram atribuídas. De um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites, papel que a universidade vinha ocupando desde a Idade Média européia. De outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão-de-obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. A incapacidade da universidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias levou o Estado e os agentes econômicos a procurar fora meios alternativos de atingir esses objetivos. Ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, a universidade entrou numa crise de hegemonia. Já a crise institucional resultou da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de responsabilidade de natureza empresarial ou de responsabilidade social⁷.

Então, é nesta perspectiva que a autora afirma,

*“...as universidades também vivem um momento especial, em busca de ampliar sua relevância social. Atualmente a universidade não ocupa o mesmo lugar na produção do conhecimento, nem na sua difusão; além do mais, a produção de conhecimento e a formação profissional estão marcadas pela especialização, pela fragmentação e pelos interesses econômicos hegemônicos.”*⁶

A autora considera que a implementação das DCN se constitui como uma estratégia muito potente para mudar o perfil profissional e, por conseguinte a qualidade da atenção à saúde, pois,

“...pretende-se com elas chegar a ter profissionais críticos, capazes de aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de levar em conta a realidade social para prestar atenção humana e de qualidade.”⁶

Outro aspecto presente no artigo nos leva a considerar no contexto das reformas curriculares no Brasil, as mudanças observadas no mundo do trabalho, a reconfiguração produtiva do capital, o desenvolvimento tecnológico e a valorização da educação/conhecimento. Pois, a autora afirma que as transformações no mundo do trabalho que subsidiaram a definição das “competências gerais, indispensáveis para o exercício profissional em praticamente todas as áreas, mas contextualizadas para a Saúde”⁶. E em outra parte do artigo, a autora observa que,

“...considerando a velocidade da produção de conhecimentos novos, é indispensável que os profissionais sejam capazes de aprender continuamente e, para tanto, necessitam aprender a aprender, além de responsabilidade e compromisso com a educação e o treinamento/estágios dos futuros profissionais.”⁶

São apresentadas, então, as premissas fundamentais da proposta do MS para as mudanças na formação de profissionais da área da saúde e a sua estratégia nucleadora, ou seja, a educação permanente.

É necessário problematizar o ideário da flexibilização curricular, pois, como nos aponta Catani *et al.*²,

“...nessas formulações o curso de graduação é considerado a etapa inicial da formação dos profissionais, uma vez que prevalece a compreensão de que o acompanhamento das rápidas mudanças no mundo moderno exigirá educação continuada. Por isso, “as Diretrizes Curriculares deverão garantir ampla liberdade para a definição de currículos plenos, só assim seria possível formar “profissionais dinâmicos, adaptáveis às demandas do mercado de trabalho” e aptos a “aprender a aprender”.

Considera-se que os artigos do MS fazem uma análise muito favorável do potencial das DCN

para a área da saúde e a construção de um sistema público de saúde. No nosso entendimento, os artigos se conformam como um posicionamento em defesa de uma política governamental considerada estratégica para o sistema de saúde brasileiro.

Recomendações oficiais da ABENO

O documento da ABENO⁸ aponta como aspectos positivos, a flexibilidade da organização curricular e, por conseguinte a autonomia didático-científica das Instituições de Ensino Superior (IES). Também aponta a definição de parâmetros comuns para todos os cursos de área de saúde, pois busca a articulação entre a educação superior e a saúde.

Com relação à flexibilização curricular, a ABENO coloca suas preocupações, porém, não explicita quais seriam as suas conseqüências,

“Para a organização específica do currículo odontológico as instituições deverão ter cuidados porque nas Diretrizes não há a explicitação de matérias quase que semelhante à montagem de disciplinas, como havia no antigo currículo mínimo, porque as novas diretrizes são tão abertas e flexíveis que podem gerar preocupações sobre a utilização desse mecanismo, em um país de dimensões continentais”⁸.

Após isso, o documento da ABENO passa a discorrer, de forma bastante positiva, sobre os aspectos das DCN e conclui que

“A nosso ver, as novas diretrizes curriculares representam um avanço e sinalizam rumos importantes para a atuação social do cirurgião-dentista.”⁸

Perri de Carvalho⁹ apresenta uma série de orientações para a elaboração do Projeto pedagógico dos cursos de Graduação, no qual afirma que as DCN “devem fundamentar o planejamento do curso de graduação de odontologia”, e que elas

“...sinalizam para uma mudança paradigmática na formação de profissional crítico. Ser capaz de aprender a aprender, de trabalhar em equipe, e de levar em conta a realidade social.”⁹

As DCN devem ser entendidas dentro de um contexto maior, o da Reforma Sanitária Brasileira. E então, consideram que é necessário que a ABENO, de acordo com a nova definição política do MS, de orientação do processo de formação dos recursos humanos da área, estabeleça “uma estratégia de

trabalho, que vise principalmente à aproximação da Odontologia às demais áreas da Saúde”¹⁰.

Passam, então, a discorrer sobre quais são as competências e habilidades para o trabalho no SUS e sobre quais são as mudanças necessárias nos cursos de graduação em Odontologia para atingir esses objetivos. Têm uma visão bastante favorável do potencial transformador da implementação das DCN afirmando, que

*“As Diretrizes Curriculares fazem parte de um processo de superação de limites da formação e das práticas clínicas tradicionais.”*¹⁰

Pode-se perceber que a posição da ABENO, com relação à construção e implementação das DCN para os cursos de graduação de Odontologia, é bastante favorável e está em consonância com a dos órgãos governamentais da área de educação e saúde. E suas recomendações oficiais buscam difundir essa sua posição para as escolas de Odontologia e seus dirigentes, docentes e discentes.

Análises acadêmicas das políticas de educação superior e de saúde

O artigo de Garbin *et al.*¹¹ cujo objetivo é “propor uma reflexão sobre o real papel da universidade na formação de profissionais na área de saúde, mais especificamente na odontologia” pode ser inserido na tendência do movimento de superação das crises de hegemonia e da crise institucional que atingem a universidade, conforme Santos⁷, anteriormente citado. Esta perspectiva de análise pode ser ilustrada quando as autoras afirmam:

*“A autonomia acadêmica deve levar em conta o reconhecimento das obrigações da universidade com a sociedade e formar profissionais comprometidos com relevância, a qualidade, o custo-efetividade e a equidade da atenção à saúde.”*¹¹

Moysés¹² ao analisar as contradições da Odontologia no Brasil, usando o referencial analítico da Sociologia das Profissões, também se insere nessa tendência. Pois, este autor, considera que se “impõe uma agenda de mudanças na formação e no trabalho do dentista brasileiro”, e que essas transformações devem se iniciar na “formação profissional e na visão de mundo reproduzida dentro das academias”. O autor considera que “nestes espaços também começa a formação das possibilidades para a empregabilidade futura do cirurgião-dentista e de sua relevância social”.

Lemos¹³ problematiza o deslocamento do

modelo do currículo mínimo para uma proposta mais flexível (DCN). Ou seja, a autora considera que isso pode ser um avanço, mas não é garantia de mudança, pois nas reformas curriculares deve-se ir “além da reorganização dos conteúdos, disciplinas, cargas horárias e tempo de duração dos cursos”. A autora também aponta para a necessidade de “repensar o verdadeiro sentido dos cursos de Odontologia dentro do projeto universitário”, pois considera que:

*“...as exigências do mercado e da sociedade muitas vezes têm prevalecido colocando em risco a razão de ser e de existir da universidade. Os cursos de graduação, e entre eles o de Odontologia têm servido mais como profissionalização, treinamento de técnicas e repasse das últimas novidades da tecnologia do que propriamente momentos de construção do saber.”*¹³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das abordagens distintas de determinadas dimensões das DCN para os cursos de graduação em Odontologia, os artigos mostraram certa convergência com relação às suas propostas de enfrentamento dos problemas, ou seja, a ressignificação do papel da universidade, do ensino de graduação na formação de profissionais de saúde.

A construção/implementação das DCN para os cursos de graduação em Odontologia no Brasil está associada, de um lado, à reestruturação produtiva do capitalismo global, particularmente à acumulação flexível e à flexibilização do trabalho. Por outro lado, se insere na luta da universidade pela reconquista de sua legitimidade social e pela consolidação do Sistema Único de Saúde em consonância com as necessidades sociais da maioria da população brasileira.

Assim, o processo de implementação das DCN é um campo em disputa, por isso, nos cabe perguntar: Qual é a direção que a implementação das DCN dos cursos de Odontologia tomará?

ABSTRACT

The present article is an exploratory qualitative study aimed at contributing to the debate on curricular reforms for dentistry courses, especially as regards the implementation process for national curriculum guidelines (NCG). Fifteen papers on NCG published between 2002 and 2006 in the Journal of the National Association for the Teaching of Dentistry (ABENO) were analyzed. Papers selected were read and classified into categories based on their approach to the theme so that the author's position could be clearly identified. It could be observed that

papers written by the Health Ministry and by ABENO presented a favorable and optimistic position regarding the potential for the transformation of NCG in educating health professionals. In contrast, academic papers tend to point toward the need for a new definition of the role of the university and of undergraduate courses in educating health professionals and not simply curricular reforms.

Uniterms: Higher education. Curriculum guidelines. Dentistry

REFERÊNCIAS

1. Martins RO. Permanência e movimento: um olhar sobre o processo e construção das diretrizes curriculares para o ensino superior no contexto das políticas do MEC. [Tese]. Brasília: Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais, 2004.
2. Catani AM, Oliveira, JF, Dourado LF. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil *Edu Soc.* 2001;75:67-83.
3. Perri de Carvalho AC, Fernandes Neto AJ, Madeira MC. Diretrizes curriculares e projeto pedagógico para curso de Odontologia. São Paulo: NUPES/USP; 1998. (Série Documentos de Trabalho, 02/98).
4. Silveira JL. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Odontologia: historicidade, legalidade e legitimidade. *Pesq Bras Odontopediatria Clin Integr.* 2004;4:151-6.
5. Feuerwerker L, Almeida M. Diretrizes curriculares e projetos pedagógicos: é tempo de ação. *Rev ABENO.* 2004; 4:14-6.
6. Feuerwerker L. Educação dos profissionais de saúde hoje: problemas, desafios perspectivas e as propostas do Ministério da Saúde. *Rev ABENO.* 2003;3:24-7.
7. Santos BS. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez; 2004.
8. Associação Brasileira de Ensino Odontológico. Análise sobre as Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Odontologia. *Rev ABENO.* 2002;2:35-8.
9. Perri de Carvalho AC. Planejamento do curso de graduação de Odontologia. *Rev ABENO.* 2004;4:7-13.
10. Morita MC, Kriger L. Mudanças nos cursos de Odontologia e a interação com o SUS. *Rev ABENO.* 2004;4:17-21.
11. Garbin CAS, Saliba NA, Moimaz SAS, Santos KT. O papel das universidades na formação de profissionais na área de saúde. *Rev ABENO.* 2006;6:6-10.
12. Moysés SJ. Políticas de saúde e formação de recursos humanos em Odontologia. *Rev ABENO.* 2004;4:30-7.
13. Lemos CL. A implantação das diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Odontologia no Brasil: algumas reflexões. *Rev ABENO.* 2005;5:80-5.

Recebido em 31/03/2008 - Aceito em 05/05/2008